UNIVERSIDADE DOS AÇORES
CONSELHO GERAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GERAL DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

--------Aos trinta dias do mês de outubro de dois mil e dezoito, teve lugar, na sala de reuniões da Reitoria da Universidade dos Açores, pelas 10h00m, com transmissão por videoconferência para o campo universitário de Angra do Heroísmo, uma reunião ordinária do Conselho Geral da Universidade dos Açores, adiante designados por CG e UAc, com a seguinte ordem de trabalhos: ----------

--------**Ponto 1**. Informações Gerais. ----------

--------**Ponto 2**. Aprovação da ata da reunião de 20 de junho de 2018.----------

--------**Ponto 3**. Informações da Reitoria. ----------

--------**Ponto 4**. Apresentação e votação da Proposta de Orçamento para 2019. ----------

--------**Ponto 5**. Diversos. ----------

--------Para além da Dr.ª Maria José Martins Gil, que presidiu à reunião nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 4.º do Regimento do Conselho Geral, estiveram presentes os conselheiros: ----------

--------António Félix Flores Rodrigues (por videoconferência); ----------

--------Carlos Manuel da Silva Arruda; ----------

--------César Manuel Faria Malheiro; ----------

--------José António Cabral Vieira; ----------

--------José António Tavares Rezendes;----------

--------Licínio Manuel Vicente Tomás;----------

--------Luís Filipe Dias e Silva; ----------

--------Maria Amélia Oliveira Gonçalves da Fonseca; ----------

--------Rosa Maria Carvalhal Silva (por videoconferência); ----------

--------Rui Moreira da Silva Coutinho; ----------

--------Virgílio Fernando Ferreira Vieira. ----------

--------Estiveram ausentes os conselheiros Célia Maria Oliveira Barreto Coimbra Carvalho e Marcelo Macedo Sousa, que justificaram a sua ausência antecipadamente.----------

--------Participou na reunião, na qualidade de Reitor, o doutor João Luís Roque Baptista Gaspar, conforme estipulado no n.º 2 do artigo 12.º do Regimento do CG. ----------

--------Apoiou o secretariado da reunião a Dr.ª Maria da Esperança de Oliveira Alves Pereira, conforme estipulado no n.º 5 do artigo 4.º e no n.º 4 do artigo 5.º do Regimento do CG.----------

--------Após a verificação da existência de quórum a Presidente deu início à reunião.----------

--------**Ponto 1**. Informações.----------

--------A Presidente informou que a exposição apresentada pela docente da UAc, doutora Ana Isabel Damião de Serpa Arruda Moniz, tinha sido enviada para a Reitoria, por considerar que não se tratava de matéria da responsabilidade do Conselho Geral.----------

--------A Presidente informou os conselheiros que tinha recebido um pedido de audiência por parte do SNESup, que seria oportunamente agendada.----------

--------**Ponto 2**. Aprovação da ata da reunião de 20 de junho de 2018.----------

--------A Presidente colocou à votação a ata da reunião ordinária do CG de 20 de junho de 2018, sendo a mesma aprovada por unanimidade dos 10 (dez) conselheiros presentes e que participaram na dita reunião. ----------

--------Nos termos do n.º 9 do artigo 16.º do Regimento do CG da UAc, não participaram na votação os conselheiros Carlos Manuel da Silva Arruda e César Manuel Faria Malheiro, por não terem estado presentes na reunião respeitante à ata em apreço. ----------

--------**Ponto 3**. Informações da Reitoria. ----------

--------O Reitor informou que: ----------

--------a) A Universidade recebeu a proposta de decisão da A3ES relativamente à avaliação institucional. A A3ES propõe a Acreditação da Universidade dos Açores com condições a cumprir: (i) no imediato - publicação de relatórios na Internet; (ii) no prazo de um ano – a Acreditação pela A3ES; (iii) no prazo de 3 anos – garantir instalações próprias para a ESS. A Universidade já se pronunciou sobre tal decisão, informando que as condições (i) e (iii) já estão satisfeitas, tendo requerido o prazo de 2 anos para terminar a Acreditação A3ES. ---

--------b) O Sistema de Gestão da Qualidade da Universidade, abrangendo o ensino nas vertentes universitária e politécnica, a investigação científica e a transferência de conhecimento, tecnologia e inovação, foi certificado pela Associação Portuguesa de Certificação (APCER) no âmbito da norma NP EN ISO: 9001:2015. A este propósito, o Reitor relembrou que esta certificação tem como objetivo demonstrar que a UAc fornece serviços que cumprem os requisitos legais aplicáveis e os requisitos dos estudantes e das organizações que requerem os seus serviços. Demonstra, ainda, que a UAc trabalha, de forma contínua, os seus processos de melhoria da qualidade de modo a aumentar a satisfação dos estudantes e das entidades a quem presta serviços. Mais informou que esta certificação é válida até 06 de março de 2021, sendo confirmada anualmente através de auditorias que permitem à entidade certificadora garantir que a UAc desenvolve o processo contínuo de melhoria.----------

--------c) A Universidade dos Açores está a viver um período de grandes dificuldades financeiras, prevendo-se que vá terminar o ano de 2018 com défice se o Governo da República não cumprir com o disposto no **Plano de Recuperação Financeira** e no **contrato que assinou com as instituições de ensino superior (IES)** em 2016.

--------No primeiro caso, o Reitor referiu que estão em falta 300 mil euros para o pagamento do saldo da dívida, dos quais a UAc pagou 50% até à data, em prejuízo de outras despesas que teve de retirar no orçamento previsto. Relativamente ao segundo caso, o Reitor recordou que em 2016 o Governo da República assinou um contrato com as IES, no qual se comprometia a suportar os custos decorrentes de qualquer alteração legislativa. Este ano, e até à data, foram 3 as alterações legislativas que terão impacto nas IES, sendo que uma delas já tem repercussões em 2018. Neste contexto está em causa o pagamento de valorizações remuneratórias com efeitos a 1 de janeiro de 2018 (LEO 2018), cujo impacto em 2018 é de €260.784 e relativamente ao qual o Governo informou que apenas pretende cobrir 40% do montante global, ficando em falta €154.260. ----------

--------Sobre tais questões, o Reitor sublinhou que a situação atual é crítica e que a Universidade dos Açores já não tem verbas para suportar qualquer despesa para além dos vencimentos e compromissos assumidos, facto que já comunicou ao MCTES, ao Ministro das Finanças e ao Presidente do Governo Regional. No seguimento de tal comunicação, a UAc recebeu uma delegação do Grupo de Monitorização do Governo da República, o qual confirmou que a UAc tem as suas contas equilibradas, tendo apenas problemas devidos às alterações legislativas relativamente às quais é alheia.----------

--------Para resolver a situação o Reitor informou que, presentemente, só há três possibilidades: (i) o reforço orçamental por parte do Governo, mesmo que só para o pagamento das valorizações remuneratórias, adiando-se nesse caso o pagamento da última tranche do saldo da dívida para 2019; (ii) o recurso ao fundo de coesão do CRUP; (iii) solicitar um novo empréstimo, à semelhança do que aconteceu em 2012, o que seria frustrante depois do esforço feito pela comunidade académica nos últimos 4 anos. O Reitor sublinhou que, caso a UAc não receba a verba necessária para pagar as valorizações remuneratórias até ao final do ano, pretende avançar com uma ação contra o Estado por incumprimento do Governo da República no que respeita ao contrato assinado com as Universidades. ----------

--------d) Estando em fase final o processo de candidatura e de inscrição de estudantes para o ano letivo 2018/2019, e comparativamente ao ano letivo anterior: (i) no 1.º ciclo inscreveram-se menos 25 estudantes, admitindo que a DGES autorizará a colocação de cerca de 30 estudantes adicionais, em conformidade com o pedido já formulado pela Reitoria; (ii) no 2.º ciclo inscreveram-se mais 30 estudantes; (iii) no 3.º ciclo inscreveram-se mais 4 estudantes. Mais referiu que, neste contexto, a receita de propinas para o ano letivo de 2019-2020 não diminuirá, desde que o Governo da República compense a diferença da propina que a UAc estava a praticar (1000 euros) e a propina imposta agora pelo Orçamento de Estado para 2019 (856 euros). ----

--------e) O Curso Básico de Medicina foi acreditado pela A3ES no seguimento da pronúncia efetuada pelas universidades dos Açores e de Coimbra, bem como pelas universidades da Madeira e de Lisboa.----------

--------Intervenções:----------

--------O conselheiro Luís Silva referiu-se ao orçamento, salientando que a situação é de tal maneira grave que o CG também deveria pronunciar-se sobre o assunto e tomar uma posição, sugestão que já havia remetido à Presidente por email.----------

--------A Presidente confirmou/reiterou o que foi dito pelo conselheiro Luís Silva e esclareceu que não avançou com nenhuma proposta dada a proximidade da reunião, tendo optado por tratar do assunto na presença dos conselheiros. ----------

--------O conselheiro José Cabral Vieira foi solidário com o que foi dito pelo Reitor, acrescentando que se trata de uma prática recorrente por parte do Governo da República: aumentar os encargos das instituições, através de um conjunto de leis, que acabam por ter impacto negativo nas universidades mais pequenas por não terem capacidade financeira nem receitas próprias suficientes para assumir/acomodar estes encargos.----------

--------O conselheiro Licínio Tomás também foi solidário com o Reitor e com a situação da UAc, referindo que: a situação é grave e deviam fazer alguma coisa, pois o que está em causa é uma questão de direito; a situação tenderá a piorar no próximo ano uma vez que a receita irá diminuir por via da redução das propinas impostas pelo Ministério); há matéria mais que suficiente para que se entre com uma ação contra o Estado, existindo uma quebra de compromisso total, pelo que apoia totalmente o Reitor. ----------

--------O conselheiro Rui Coutinho subscreveu as palavras do Reitor. No entanto, enquanto funcionário público não se solidariza com as atitudes do Governo, mas concorda que o CG manifeste o seu desconforto perante esta situação. ----------

--------O conselheiro José António Rezendes colocou as seguintes questões: relativamente à alínea d), questiona o Reitor sobre: (i) o que é que a UAc pretende fazer relativamente aos resultados, de modo a melhorar no próximo ano; (ii) se há avaliação de desempenho dos estudantes de medicina; (iii) a notícia que saiu na

comunicação social acerca da uma queixa dos estudantes sobre os horários e a falta de resposta por parte dos SGA.- ----------

--------O Reitor esclareceu que: apesar de ter havido um decréscimo no número de colocados, situação comum em todo o país, relativamente a 2017, a UAc manteve o mesmo número de inscritos; os estudantes de medicina que se inscrevem na UAc, em média, no final do curso, têm algumas décimas a mais em relação aos que iniciam o seu curso em Coimbra, por terem uma componente prática mais forte porque iniciam esta componente logo no início do curso; sobre as queixas dos estudantes, não tem nenhuma queixa que tenha entrado formalmente na Reitoria.----------

--------O conselheiro António Félix Rodrigues referiu que, apesar de concordar que nem tudo o que sai na comunicação social está correto, é importante que a UAc esclareça as situações para proteger a sua imagem e evitar o que é dito na comunicação social. ----------

--------O conselheiro Carlos Arruda esclareceu que um dos argumentos dos preparatórios de medicina tem a ver com a questão da localização/distância. ----------

--------O Reitor respondeu que este aspeto também foi importante na fundamentação apresentada pela Universidade à A3ES, e que tal questão foi igualmente defendida pelo Governo Regional, por escrito, através do Secretário Regional da Saúde. ----------

--------A partir deste momento, participaram na reunião, nos termos do n.º 3 do artigo 12.º do Regimento do CG, a Vice-Reitora para a Administração, Planeamento e Qualidade, doutora Maria da Graça Batista, o Administrador da UAc, Dr. Nuno Henrique Oliveira Pimentel, bem como a Diretora Executiva dos SASE, Dr.ª Ana Paula Homem de Gouveia, para eventuais esclarecimentos sobre o ponto 4 da ordem de trabalhos. ----------

--------**Ponto 4**. Apresentação e votação da Proposta de Orçamento para 2019. ----------

--------Como introdução a este ponto da agenda o Reitor informou que, no que respeita a 2019: (a) o montante das valorizações remuneratórias não coberto pelo Estado ascende a €264.417; (b) a integração de trabalhadores com vínculo precário ao abrigo do PREVPAP, conforme já aprovado pela CAB, terá um impacto de pelo menos €347.753; e (c) a contratação de bolseiros doutorados no âmbito do programa de estímulo ao emprego científico (DL57), num total de 7 doutorados conforme aprovado pela FCT, terá um impacto de €189.876. As verbas em causa foram indicadas na proposta de orçamento para 2019 como estando em défice, e a sua cobertura exigirá uma receita extraordinária no valor aproximado de 800 mil euros.----------

--------O Administrador procedeu a uma leitura global do orçamento, com projeção de conteúdos, ao nível dos orçamentos da receita e da despesa.----------

--------A Diretora Executiva dos SASE fez uma breve apresentação sobre o orçamento dos SASE para 2019, ao nível da receita e da despesa. ----------

--------A Presidente apresentou um resumo do Parecer dos membros cooptados, cuja cópia foi enviada por email a todos os conselheiros, salientando que, neste Parecer, os membros cooptados apenas pretenderam chamar a atenção para a situação da UAc, optando por não colocar no Parecer a recomendação para a aprovação do orçamento, como habitualmente faziam em pareceres anteriores.----------

--------Intervenções:----------

--------O conselheiro Luís Silva pediu alguns esclarecimentos de dúvidas sobre os mapas. Em relação à apreciação geral do orçamento, mostrou concordância com o Parecer dos membros cooptados e propôs enviarem ao Ministério um documento com a posição do CG. ----------

--------O conselheiro Licínio Tomás alertou para o facto de todos os anos se estar a acumular um défice relativo a uma receita que não chega a ser transferida para a UAc. ----------

--------O conselheiro Virgílio Vieira pediu, no seguimento da contratação de um novo dirigente de serviços, um esclarecimento sobre a intenção da contratação de novos elementos, quando na UAc já existe pessoal qualificado. ----------

--------O Reitor reforçou que, para além da questão do empréstimo, na receita extraordinária só existem despesas decorrentes das alterações legislativas. Sobre a contratação de um novo dirigente para a área da Ciência e Tecnologia, esclareceu que a pessoa convidada tem competências para garantir o que consta no Plano de Ação da Reitoria. ----------

--------O conselheiro Rui Coutinho afirmou que se tornava evidente que não ter orçamento é prejudicial para a UAc, acrescentando que o CG tem de tomar uma posição e transmitir as suas preocupações junto do Ministério e da Assembleia, propondo que se aprove o orçamento, mas que também se faça sentir a posição do CG perante a situação calamitosa em que a UAc se encontra. ----------

--------A Presidente informou que irá votar favoravelmente o orçamento com as ressalvas que constam do Parecer. ----------

--------O conselheiro César Malheiro referiu que o CG deve unir-se para o que é importante para a UAc, tomando a opção que melhor servir para a UAc, propondo convidar os deputados da Assembleia para se reunirem com eles e poderem transmitir as suas preocupações. ----------

--------O conselheiro José Cabral Vieira concordou com o que foi dito pela Presidente, referindo que é completamente diferente governar por duodécimos do que chumbar o orçamento e que a não ratificação do orçamento pode levar a um nível de implicações negativas com repercussões no próximo ano. Por fim disse que irá votar a favor, não sem manifestar a sua preocupação perante a situação. ----------

--------O conselheiro Carlos Arruda disse que, apesar de sentir um certo desconforto, concorda com a Presidente e com o conselheiro César Malheiro: chumbar o orçamento é pior para a UAc. ----------

--------A conselheira Rosa Carvalhal considerou que, apesar de a situação não ser boa, também concorda que não aprovar o orçamento não é a melhor opção, estando plenamente de acordo com o parecer dos membros cooptados. ----------

--------O Reitor sublinhou que a reprovação do orçamento pelo Conselho Geral como forma de protesto junto do Governo da República não é aceitável, pois o que está em causa é o orçamento da Universidade dos Açores e não o Orçamento de Estado. Mais lembrou que, caso o orçamento da Universidade da Açores não fosse aprovado, a Academia iria gerir o ano de 2019 com um orçamento de duodécimos, o que não seria exequível. Assim, considerou que se o Conselho Geral, tal como a Reitoria, pretende marcar posição pelo facto de o Governo da República não transferir para a Universidade a verba necessária para cobrir as alterações legislativas de que é responsável, então deve fazê-lo junto das instâncias competentes e não através de um voto de protesto interno que prejudicaria ainda mais a gestão da Universidade. ----------

--------Concluídas as intervenções, o Orçamento da UAc para 2019 foi colocado à votação, sendo aprovado/ratificado por maioria dos presentes, com 9 votos a favor e 3 abstenções, num total de 12 (doze) conselheiros. ----------

--------Abstiveram-se os conselheiros António Félix Flores Rodrigues, José António Tavares Rezendes e Virgílio Fernando Ferreira Vieira, tendo este último declarado que se absteve, mas concordando com o parecer dos membros cooptados. ----------

--------O conselheiro José António Rezendes apresentou a declaração de voto que se anexa à presente ata. ----

--------A Presidente colocou à votação a Deliberação n.º 9/2018, nos seguintes termos: "O Conselho Geral da Universidade dos Açores aprovou/ratificou, por maioria dos presentes, com 9 votos a favor e 3 abstenções, num total de 12 (doze) conselheiros, o Orçamento de 2019 da Universidade dos Açores." Para efeitos de execução imediata, a presente deliberação foi aprovada por unanimidade dos presentes, num total de 12 (doze) conselheiros. ----------

--------Não havendo dúvidas sobre o Orçamento dos SASE para 2019, o mesmo foi colocado à votação, sendo aprovado/ratificado por unanimidade dos presentes, num total de 12 (doze) conselheiros. ----------

--------A Presidente colocou à votação a Deliberação n.º 10/2018, nos seguintes termos: "O Conselho Geral da Universidade dos Açores aprovou/ratificou, por unanimidade dos presentes, num total de 12 (doze) conselheiros, o Orçamento dos SASE para 2019." Para efeitos de execução imediata, a presente deliberação foi aprovada por unanimidade dos presentes, num total de 12 (doze) conselheiros. ----------

--------A Presidente colocou à votação a proposta de envio de uma carta ao Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, com um conjunto de preocupações decorrentes das orientações emanadas do Governo da República. A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes, num total de 12 (doze) conselheiros. --------

--------A Presidente colocou à votação a proposta de envio de uma carta ao Ministro das Finanças com conhecimento para os Partidos de assento Parlamentar, com um conjunto de preocupações decorrentes das orientações emanadas do Governo da República. A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes, num total de 12 (doze) conselheiros. ----------

--------**Ponto 5**. Diversos. ----------

--------O Reitor informou que o Orçamento de Estado prevê a implementação do Observatório do Atlântico, criado por Resolução do Conselho de Ministros. Sobre o assunto, referiu que, no início de setembro, numa reunião realizada em Lisboa com representantes do Ministério do Mar e do IPMA, manifestou a sua discordância sobre a missão e o modelo de governação constantes do documento produzido pela Comissão de Instalação do Observatório do Mar, o qual fazia referências à Universidade dos Açores e ao IMAR em termos que se lhe afiguravam ilegais. A segunda versão do mesmo documento já abandona algumas das ideias iniciais, incluindo tratar-se de uma instituição orientada para o desenvolvimento de investigação científica, mas continua a incorporar matérias que colidem com os objetivos que a Universidade traçou para o seu polo da Horta, colocando em causa a continuidade deste. Informou ainda que numa próxima deslocação a Lisboa irá reunir novamente com os responsáveis por tal documento, para reforçar a posição da Universidade dos Açores. ----------

--------Por fim, informou que nos últimos dias tinha sido contactado pelo Governo regional, no sentido de se avaliar conjuntamente a possibilidade de se vir a construir um parque de estacionamento em terrenos cedidos pelo GRA à Universidade na ilha Terceira, mais concretamente, na zona da Silveira. Por se tratar de matéria da

competência do Conselho Geral, na posse de dados mais concretos será o assunto agendado para próxima reunião. ----------

--------Não havendo mais nada a tratar, deu-se por encerrada a reunião às 14h00 da qual se lavrou a presente ata que, depois de aprovada, irá ser assinada nos termos da Lei. ----------

A PRESIDENTE

MARIA JOSÉ MARTINS GIL

O SECRETÁRIO

RUI MOREIRA DA SILVA COUTINHO